

A teoria da dependência na etapa superior do imperialismo: novos desafios práticos e teóricos para a revolução latino-americana

João Paulo de Toledo Camargo Hadler*

No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heróica. Tenemos que dar vida, con nuestra propia realidad, en nuestro propio lenguaje, al socialismo indoamericano. He aquí una misión digna de una generación nueva.

José Carlos Mariátegui, “Aniversario y balance” (1928)

1. Introdução

Ao longo da década de 1960 e avançando pela década de 1970, teve lugar na América Latina um conjunto de esforços visando a superar as deficiências da teoria do desenvolvimento, compreender o novo marco histórico e responder aos dilemas que este colocava ou repunha. Essas contribuições tiveram como eixo a problemática da dependência, expressando a falência do nacional-desenvolvimentismo e a radicalização da luta de classes que transcorreu naquele período, à medida que ficavam evidentes os estreitos limites da ordem burguesa na periferia latino-americana, fechando o espaço para mudanças estruturais que permitissem a superação do subdesenvolvimento nos marcos do capitalismo. A sequência de ditaduras, que teve como clímax a liquidação da “via chilena para o socialismo” e o terror contrarrevolucionário instaurado no Chile, evidencia o sentido desse momento da história latino-americana, em que apenas Cuba logrou romper a sequência de revoluções interrompidas.

Para além das polêmicas e divergências que se travaram entre os diversos sociólogos, economistas, intelectuais e militantes que buscaram dar um aporte à elaboração de uma teoria da dependência, o que nos interessa aqui são as convergências. Procurando explicar e dar resposta a um determinado momento histórico, configurado pela “nova situação de dependência”, tais contribuições não poderiam deixar de ser saturadas historicamente, permitindo identificar os traços constitutivos mais elementares desse período. Partindo dessa proposta, pretendemos apontar as premissas históricas do desenvolvimento dependente-associado ou integrado, que nos permitirá

* Doutorando em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP).

realizar uma contraposição com a situação atual da América Latina. Na fase superior do imperialismo, em que suas contradições crescem exponencialmente e as taras do capital vão se impondo e apontando para a barbárie, os países latino-americanos são confrontados com uma realidade mais dramática do que aquela vigente nas décadas de 1960 e 1970, dada a necessidade urgente da mudança.

Nessas condições, podemos nos indagar a propósito da vigência da teoria da dependência hoje. Os desafios práticos e teóricos da revolução latino-americana são descomunais, e entre as condições que permitirão sua solução não se pode negligenciar a necessidade de uma teoria que apreenda essa realidade, suas tendências e contradições, que balize uma orientação prática consequente.

2. As premissas históricas do desenvolvimento associado

Provavelmente a maior polêmica travada dentro do debate sobre a dependência tenha sido aquela entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, explicitando a polarização de projetos entre uma visão que conciliava dependência e desenvolvimento, encontrando possibilidade de, nos marcos do capitalismo dependente, promover democracia e maior igualdade social, e outra, que denunciava os limites estruturais que bloqueavam a superação do subdesenvolvimento e dos anacronismos sociais, impondo a necessidade da ruptura com o imperialismo e a superação do próprio capitalismo pelo elo fraco do sistema.

Mas, como mencionamos, nosso propósito não é tratar aqui a divergência, mas a convergência, como expressão e síntese da conjuntura histórica. Por isso, partir da contribuição de dois autores radicalmente divergentes quanto aos fundamentos do capitalismo dependente e suas implicações para a prática, parece adequado para ressaltar nosso propósito (sem, com isso, deixarmos de nos apropriar dos aportes de outros autores que, à mesma época, chegavam a conclusões semelhantes). Portanto, partamos para as principais convergências.

Uma nova situação de dependência havia se instaurado, distinta da oposição clássica entre economias primário-exportadoras e economias industrializadas, em que o imperialismo perpetuava as economias dependentes naquela situação. A partir da década de 1950, com a reorganização do mundo capitalista sob a tutela da superpotência imperialista, os Estados Unidos, o capital monopolista dava novos passos em seu processo de internacionalização, ingressando em uma nova fase. Ocorre um salto quantitativo e qualitativo no investimento direto com destino às economias periféricas, sobretudo para a América Latina, onde ocorreria, ainda que de modo heterogêneo, um avanço da produção industrial ancorada no mercado interno, durante a desorganização do sistema de divisão internacional do trabalho. Doravante, aqueles investimentos se voltam cada vez mais

para o setor manufatureiro, com as empresas transnacionais interessadas em ocupar aqueles mercados internos, colocando-se à proteção da concorrência internacional dentro de espaços econômicos nacionais bem delimitados. Em outras palavras, em circunstâncias especiais – sobretudo naquelas economias que mais haviam avançado no processo de industrialização e formação do mercado interno – o imperialismo contribuía para o desenvolvimento das forças produtivas da periferia latino-americana. É nesse sentido que se podia falar de um certo desenvolvimento integrado ou dependente-associado – ainda que problemático, pois reproduzia a heterogeneidade das forças produtivas, as desigualdades sociais e a dependência, redefinida pela “internacionalização do mercado interno”. O controle das mudanças tornava-se problemático, à medida que passava progressivamente às decisões de investimento das matrizes situadas nos centros imperialistas.

Daí que o desenvolvimento capitalista nacional autônomo se desfizesse como um mito, que permitia demolir igualmente outro mito muito enraizado, qual seja, o da existência de uma “burguesia nacional”, interessada no desenvolvimento do mercado interno, e na liquidação dos setores anacrônicos “feudais” ou “semifeudais” e dos nexos de subordinação ao imperialismo, e portanto potencialmente comprometida com uma revolução burguesa de caráter democrático-nacional. A realidade dos fatos era bem outra. Havia, isso sim, uma “burguesia dependente”, que se acomoda na condição de “sócio menor” do imperialismo e que compõe setores atrasados e modernos, revelando-se conservadora. É uma burguesia historicamente impotente para liderar as revoluções democrática e nacional, sem bases técnicas e financeiras para afirmar um desenvolvimento autônomo. Não obstante a impotência dessas burguesias frente ao imperialismo, sua onipotência para manipular as condições internas propiciava uma autonomia relativa, para negociar os termos da dependência e desdobrar em seu proveito o avanço da industrialização sob predomínio das filiais das empresas transnacionais, ou seja, sem comprometer a base empresarial constituída ao longo da “substituição de importações”. Isso fica mais claro ao se abordar a questão do Estado.

O Estado possuía uma autonomia relativa e uma margem de manobra – variável mas não desprezível, nos casos mais emblemáticos – nos marcos do sistema imperialista. Quando esse Estado é integralmente mobilizado para assegurar as condições da acumulação do grande capital, como se observou com as ditaduras, que expurgaram quaisquer veleidades “reformistas” do horizonte, esse ponto torna-se evidente. Esse Estado fornecia infraestrutura e economias externas, por meio de seus investimentos e das empresas estatais, sustentava a proteção contra a concorrência internacional que delimitava o espaço econômico nacional, etc. Ao mesmo tempo, propiciava a necessária mediação com o imperialismo, para que aquelas burguesias não fossem pura e

simplesmente solapadas.

É importante ter em conta um condicionante crucial do raio de manobra que se abriu às burguesias mais fortes da América Latina no período considerado. Referimo-nos à necessidade do imperialismo de contar com parceiros fortes nas áreas estratégicas da periferia, como forma de conter o avanço do comunismo e assegurar a integridade do sistema imperialista, inclusive os novos investimentos efetuados na periferia pelas empresas transnacionais. É a internacionalização da luta de classes, no contexto de “Guerra Fria” e do temor despertado pela Revolução Cubana, com o capitalismo em luta pela própria sobrevivência, que projetou no horizonte de interesses do imperialismo o fortalecimento de determinadas burguesias latino-americanas e de seu desenvolvimento capitalista.

Em síntese: havia um conjunto de premissas históricas por trás das contribuições à teoria da dependência, que não raro levaram à superestimação das possibilidades e da força própria do capitalismo dependente, sobretudo no caso do Brasil (subimperialismo; “dependência e desenvolvimento”). Não obstante, havia um fundo de verdade, mas que não poderia ser extrapolado, principalmente à medida que as tendências da transnacionalização do capital iam se impondo. Mas o que importa é que a referida situação de dependência estava bem delimitada por um marco histórico (nova fase de internacionalização do capital, “Guerra Fria” e industrialização por substituição de importações) favorável ao desenvolvimento das forças produtivas em algumas regiões periféricas e ao relativo fortalecimento de suas respectivas burguesias dependentes, bem como dos Estados enquanto instrumentos de gestão da transição a um novo padrão de acumulação, sob impulsão do capital monopolista internacional, no limite levando à internalização considerável das estruturas da “Segunda Revolução Industrial” (fortalecimento e diferenciação das bases materiais do capitalismo dependente).

Contudo, o desenvolvimento integrado que se logrou desenvolvia, simultânea e ampliadamente, contradições latentes. Dependência, heterogeneidade, desigualdade e marginalidade eram reproduzidos em escala ampliada, reforçando as mazelas do subdesenvolvimento e revitalizando anacronismos herdados do passado colonial. A contrarrevolução e o refluxo na luta de classes fizeram retroceder os avanços das lutas populares e da classe trabalhadora, mas parecia que aquele desenvolvimento permitiria desenvolver e unir condições objetivas e subjetivas para a revolução, a médio ou longo prazo. Simultaneamente, aquele desenvolvimento, dadas suas bases, lançava os germes para sua própria dissolução, ao se consolidar a transnacionalização do capital e ao se abrir a fase potencialmente fatal do imperialismo, sua etapa superior.

3. A etapa superior do imperialismo

É a partir de meados dos anos 1970, em meio às convulsões da economia mundial, que adquirem nitidez as novas tendências do imperialismo. Em seus fundamentos econômicos, encontramos o processo de transnacionalização do capital. A conformação de um sistema financeiro internacional e uma nova onda de inovações tecnológicas – a “Terceira Revolução Industrial” – potencializam e possibilitam a organização dos negócios em escala mundial, enquanto os percalços da acumulação e da concorrência intercapitalista, que já não podem se circunscrever a espaços econômicos nacionais (dados os patamares e formas de concentração e centralização do capital, os limites sociais estabelecidos no pós-guerra, o esgotamento da fronteira ecológica nas economias centrais etc.), tornam a transnacionalização uma necessidade. A estratégia das empresas transnacionais muda, redefinindo seu horizonte de acumulação. Não se trata mais de ocupar mercados nacionais, mas de dissolver os mesmos em um circuito global de acumulação, para atender o mercado mundial. As etapas do processo produtivo são descentralizadas geograficamente, alocadas conforme custos e disponibilidade de fatores, reservando às matrizes, nos centros imperialistas, o monopólio do progresso técnico e o comando sobre o padrão de acumulação. O capital retoma a busca desenfreada por se colocar acima das regulações nacionais e das necessidades sociais. Aponta-se para a desarticulação dos sistemas econômicos nacionais e para o “debilitamento” dos Estados nacionais (quanto a uma configuração particular e de relativa autonomia face aos interesses mais imediatos do capital, para subordinar-se à incontrolabilidade deste).

Essa passagem não se deu sem convulsões econômicas, sociais e políticas, tanto no centro como na periferia do sistema. O neoliberalismo se erige como ideologia e política do capitalismo transnacionalizado, buscando redefinir as relações entre Estado e economia, entre capital e trabalho, impondo uma nova forma de organização da produção e das finanças, assim como uma nova correlação de forças a favor do capital na luta de classes. As ditas “reformas neoliberais” são implementadas de modo a abrir novos espaços de valorização para o capital financeiro e garantir todas as condições favoráveis à retomada da acumulação – inclusive quebrar a resistência da classe trabalhadora – compatível com seu horizonte mundial. Com o conjunto dessas medidas, foi possível ao capital conquistar liberdade e mobilidade sem precedentes, revigorando igualmente seu caráter parasitário, bem como as desigualdades entre classes e entre países.

O imperialismo da potência hegemônica modifica-se igualmente, e principalmente após o colapso do bloco soviético e da potência rival, a União Soviética, o que lhe franqueia espaço para exercer explícita e brutalmente sua hegemonia, violando cinicamente a autodeterminação dos povos e desafiando até mesmo organismos internacionais tradicionalmente sob seu controle, para impor sua política de potência, salvaguardar sua posição incontestada e favorecer e abrir novas fronteiras de

negócios para seu grande capital. Ainda que a economia estadunidense tenha se combalido, a descomunal concentração de forças destrutivas em suas mãos – uma ameaça potencial à humanidade, que a potência não hesita em usar – mantem sua posição incontestada, contendo as rivalidades interimperialistas dentro de certos limites. Sua “guerra ao terror” prefigurou uma nova fase de intervenções abertas e armadas sobre os destinos de outros povos, impondo à periferia do sistema uma nova face da barbárie. Assim como o capital financeiro, altamente concentrado e centralizado, não tolera limitações, afirmando sua incontornabilidade, o imperialismo não pode senão reagir com a mais extrema intolerância – e no limite, violência – a quaisquer desafios à ordem estabelecida, aos interesses do grande capital, da potência imperialista e associados, a qualquer pretensão das sociedades dependentes à autodeterminação e a uma ordem econômica mais equilibrada.

A crise mundial que se abre em 2008 representa a eclosão de contradições desse “capitalismo transnacionalizado”, apontando para novas convulsões dramáticas (econômicas, políticas, sociais) que apenas reforçam as tendências destrutivas do capital financeiro e do imperialismo total.

Em suma: é possível falar de uma etapa superior do imperialismo, em que as contradições e as taras do capital, assim como a lógica de dominação e conquista do imperialismo, se apresentam sem disfarces e com força multiplicada, colocando em risco a própria existência humana. As consequências desse novo marco histórico para os países dependentes da América Latina, em particular, são ainda mais graves, como veremos na sequência.

4. Consequências para a periferia e vigência da teoria da dependência

As forças centrífugas se impõem com maior força nos países latino-americanos, uma vez que não chegaram a concluir o processo de formação nacional. A acentuada presença do capital internacional em suas economias e de burguesias impotentes nas relações externas, subservientes e “aculturadas” (sem nexos orgânicos com o “povo”); a debilidade e heterogeneidade das estruturas produtivas; um padrão de luta de classes que fecha o espaço político à participação das classes trabalhadoras e dos “condenados do sistema”; a presença de um excedente estrutural de força de trabalho em condições de desemprego ou subemprego; a condição de reservas de recursos naturais de importância estratégica (além dos recursos de mão-de-obra barata). Todos esses fatores, de um modo ou de outro reforçados ao longo do período anterior – ou seja, subdesenvolvimento e anacronismos sociais não superados – contam para um modo de incorporação à transnacionalização do capital particularmente desfavorável para os povos latino-americanos, e para uma conjuntura histórica muito distinta daquela em que teve vigência o debate sobre a dependência nos anos 1960 e

1970.

Sem uma burguesia industrial organicamente vinculada ao espaço econômico e à sociedade nacional, dependente da subordinação ao imperialismo para a modernização e, paradoxalmente, para sua própria sobrevivência, por um lado, e sem um proletariado vigoroso, organizado e consciente, os países dependentes da América Latina ficaram sem bases sociais para resistir aos impasses gerados pela nova fase do imperialismo. O endividamento externo e a crise da dívida redundaram na tutela direta da política econômica pelo FMI e pela banca internacional, esvaziando os centros internos de decisão. A mudança na estratégia das empresas transnacionais e as pressões do capital financeiro e do imperialismo, com suas organizações, conduziram à abertura comercial e financeira, expondo as economias à acirrada concorrência internacional, aos fluxos de capital em busca de ganho fácil, e à alienação do patrimônio nacional e desmonte do aparelho estatal (processos de privatizações, fusões e aquisições).

Instaura-se uma tendência à desindustrialização, com o rompimento de elos das cadeias produtivas, desmonte de indústrias e setores cruciais, e uma tendência à especialização, à medida que tais países se integram aos grandes negócios do capitalismo transnacional como reservas de recursos naturais e de mão-de-obra barata e abundante. Os nexos de dependência, nesse sentido, vão se redefinindo em um sentido não muito distinto, qualitativamente, da economia colonial, com regressão das forças produtivas. O capitalismo dependente perde progressivamente a capacidade de controlar os meios e os fins do desenvolvimento. A margem de manobra que permitira vicejar uma burguesia dependente e uma base industrial mínima deixou de existir, suas premissas foram solapadas pelo movimento concreto do capitalismo, à medida que a conjuntura histórica específica se dissolveu. A burguesia (ou particularmente os grandes grupos remanescentes), antes minimamente comprometida com a proteção do espaço econômico nacional e com o avanço das forças produtivas, na “nova ordem mundial” abdica desses caprichos em detrimento da modernização avassaladora e dos grandes negócios que a “globalização” propicia, mediante a superexploração da força de trabalho e a depredação selvagem dos recursos naturais. O Estado garante a remuneração do capital financeiro, a inserção daqueles grupos nos negócios neocoloniais, e a manutenção da ordem, quaisquer que sejam os meios – pela cooptação ou pelo esmagamento das classes espoliadas.

A condição dependente e periférica no sistema capitalista mundial compromete a capacidade de decisão das sociedades latino-americanas, devido à integração no sistema capitalista mundial nos marcos da transnacionalização do capital. O crescente controle das estruturas produtivas latino-americanas pelas empresas transnacionais e sua articulação à dinâmica internacional do capital financeiro, levou tão somente à progressiva alienação dos centros internos de decisão, à reversão do

processo de industrialização e a uma sucessão de crises econômicas e sociais. Nesse sentido, o momento histórico é tanto distinto quanto mais grave do que aquele em que teve vigência a controvérsia em torno à teoria da dependência, à medida que o Estado vai perdendo capacidade de calibrar ou resistir às transformações irradiadas desde o centro do sistema, e de organizar o espaço econômico nacional em função de interesses nacionais, enquanto as elites locais abdicam de tais objetivos. Do mesmo modo, os meios para o desenvolvimento vão sendo solapados, conforme se desarticulam as bases materiais montadas pela industrialização. A persistência de tais tendências aponta para a urgência da mudança. Os desafios que a transnacionalização do capital coloca para a periferia latino-americana não podem ser subestimados, cabendo um renovado esforço teórico para dar conta dessas questões e orientar a práxis revolucionária.

Enfim, os dilemas do subdesenvolvimento se agravam, à medida que a modernização, a destruição de forças produtivas e a barbárie social avançam, pela redefinição dos nexos de dependência pelo capital transnacionalizado e pelo imperialismo total, com cumplicidade de burguesias e camadas privilegiadas locais. Temos uma situação substancialmente mais grave do que aquela ventilada pelos estudos sobre a dependência nas décadas de 1960 e 1970, pois o capitalismo dependente vai perdendo a capacidade de controlar o ritmo e a intensidade das transformações que se impõem a partir de fora. A crise mundial, a despeito do propalado e despropositado otimismo – exceto para aqueles que lucram com os grandes negócios – vem para reafirmar os perigos dessa nova encruzilhada histórica.

5. Conclusão

Portanto, os desafios práticos e teóricos da revolução latino-americana hoje são enormes, e não podem ser cabalmente respondidos pela “teoria da dependência” tal como conformada para dar resposta a um determinado momento histórico da transformação capitalista na América Latina.

É certo que as novas investidas do capital financeiro, as intervenções abertas e dissimuladas do imperialismo, e a repressão e exploração impostas pelas burguesias locais, não se deram sem oposição. Ao contrário, as classes trabalhadoras e espoliadas da América Latina deram as mais variadas mostras de resistência. Contudo, privada de uma teoria revolucionária e de instrumentos políticos e organizativos próprios, a classe trabalhadora não logra aproveitar as brechas que se abrem na dominação burguesa e imperialista. Teoria e organização não devem ser transplantadas, prontas e acabadas, de outra situação, tampouco podem ser produto de alguma mente iluminada – devem antes corresponder às condições objetivas e subjetivas do momento histórico, em determinada formação social e em determinada etapa do capitalismo.

Assim, a “teoria da dependência”, procurando dar respostas aos dilemas de uma época

histórica delimitada (cujas premissas foram solapadas pelo movimento concreto do capitalismo), revela-se insuficiente para nossos dias. Serão necessários outros tantos estudos que apreendam os novos nexos de mútua determinação entre imperialismo e desenvolvimento desigual e combinado, entre padrão de acumulação e padrão de luta de classes, entre dependência e subdesenvolvimento, entre capitalismo e barbárie, de modo a identificar as tendências efetivas da luta de classes que orientem a prática revolucionária e a organização de classe para a série de batalhas que encaminhem a América Latina para a superação do capitalismo dependente e de todas suas mazelas históricas, para a construção do nosso socialismo. A convocação de Mariátegui, para que os povos latino-americanos construíssem o socialismo a partir de suas condições próprias, continua atual, como desafio histórico para o século XXI.

Bibliografia

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresário industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- _____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1972.
- _____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4.ed. São Paulo: Global, 2009.
- FOSTER, John Bellamy. *Naked imperialism: the U.S. pursuit of global dominance*. New York: Monthly Review Press, 2006.
- FURTADO, Celso. *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1973.
- _____. *Subdesarrollo y revolución*. 10.ed. México: Siglo Veintiuno, 1980.
- _____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. In: *Cuadernos Políticos*, n. 12, pp. 20-39, abr./jul. 1977.
- _____. Estado y crisis en Brasil. In: *Cuadernos Políticos*, n. 13, pp. 76-84, jul./set. 1977.
- MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: *Estados e moedas no*

Resumo: Os anos 1960 suscitaram um acalorado debate sobre a situação de dependência dos países da América Latina, que se prolongou até os anos 1970. Para além das controvérsias, o debate permitiu identificar traços fundamentais do padrão de desenvolvimento e de luta de classes na América Latina. Contudo, o marco histórico em que se lança o debate corresponde aos albores do processo de transnacionalização do capital, cujas tendências só vieram a se afirmar plenamente nas décadas seguintes. É possível apontar para a chegada a uma etapa superior do imperialismo, em que as taras do capital são exacerbadas e procuram se impor a todo custo, assim como a lógica de dominação e conquista do imperialismo. As consequências para a periferia do sistema são as mais dramáticas, solapando as premissas do “desenvolvimento dependente e associado” e de uma “burguesia dependente” (onde estes chegaram a se constituir), modificando o quadro em que se desenhara a problemática da dependência. O objetivo é explicitar essa mudança e os desafios práticos e teóricos – urgentes – que coloca para a revolução latino-americana, para os povos que lutam pelo controle do destino histórico.